

ESPACIALIDADE EM JOÃO GUIMARÃES ROSA – AS METAMORFOSES DOS GERAIS NAS ENTRELINHAS DE SAGARANA E PRIMEIRAS ESTÓRIAS

Suelen Rosa PELISSARO¹

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar as variadas formas de concepção do sertão como realidade histórica e geográfica e como essas realidades dialogam e contrastam com o sertão apresentado na obra de Guimarães Rosa, particularmente em *Sagarana* e *Primeiras estórias*, duas ficções que mostram metaforicamente as metamorfoses desse espaço.

Palavras-chave: Sertão; Geografia; Lugar; Literatura; Espaço.

ABSTRACT: The objective of this text is presenting different ways of conception about backland like a historic and a geographic reality and how these realities talk and contrast with backland presented in Guimarães Rosa's work, particularly in *Sagarana* and *Primeiras estórias*, two fictions that show metamorphoses in this space by metaphors.

Keywords: Backland; Geography; Place; Literature; Area.

1. O sertão: uma “questão de opiniões”

Quando a geografia se propõe a trabalhar uma obra literária ficcional, ela se depara com o desafio de como interpretar determinadas categorias pertinentes ao seu estudo em textos tidos como “não-geográficos”. Nesta pesquisa, um termo em especial chama a atenção, visto que, tanto nas estéticas literárias como na ciência geográfica, ele aparece ao longo do tempo com significados variados: o sertão.

Busca-se aqui tornar possível uma relação entre o sertão vivenciado e desenvolvido por Guimarães Rosa e o sertão concebido na geografia contemporânea, a partir do que o primeiro possa contribuir para a compreensão do segundo. Tendo em conta que a literatura é um conhecimento socioespacial, justamente por não possuir a pretensão de ser um estudo que se preocupa explicitamente com o espaço, ela tem muito a dialogar com a ciência geográfica e, no caso do autor em questão, muito a ensinar aos geógrafos, mais preocupados com o racional, o empírico e o objetivo, esquecendo-se de que a apreensão da realidade é, em si, uma forma subjetiva de vê-la e interpretá-la.

De acordo com Antonio Carlos Robert Moraes (2003, p. 13), o sertão é classificado, na geografia, como uma ideologia geográfica, ou seja, ele é uma condição atribuída a variados

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann.

lugares, um símbolo imposto em diferentes contextos históricos, que assume o papel de qualificativo local básico no processo de sua valoração. O sertão não é, portanto, uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica. Como tratado mais adiante, essa visão tem sua parcela de contribuição, mas também apresenta limites para quem quer se enveredar pelo entendimento desta particularidade socioespacial.

O ponto inicial para se pensar o sertão dentro da geografia está no rompimento com as classificações que lhe tem sido atribuídas, geralmente negativas, dualistas e arrogantes, devido ao lugar de onde fala quem o rotula: sujeito exógeno à sua realidade, que o vê como paisagem exótica a ser suprimida. O sertão trabalhado na obra de Guimarães Rosa fornece pistas abundantes para que a postura autoritária de quem o julga seja superada, pois o autor, em sua “perspectiva rasteira” (Bolle, 2004, p. 76) e dotado de uma visão crítica da realidade, coloca o sertanejo como homem de primeira categoria, dando a ele a vez de falar, de dentro do sertão, o que esse espaço é na verdade. Guimarães Rosa vai muito além dos chavões deterministas de atraso e violência, inserindo no debate a problemática do Mal contra o Bem e, com isso, introduz na discussão um sertão ambíguo e contraditório, presente em nossa formação nacional.

1.1. Travessias do sertão no espaço-tempo

Começando pela trajetória histórica que a palavra sertão tem atravessado, sua própria origem é fonte de polêmicas:

Há, basicamente, duas vertentes interpretativas das origens etimológicas de sertão. Uma atribui a origem do termo à palavra africana mulcetão, que designava terras distantes da costa, mediterrâneas, e ao ser incorporada à língua portuguesa assumiu a forma certão, mais tarde sertão (Barroso apud Galvão, 2001, p. 16; Neves; Miguel, 2007, p. 9). A outra vertente duvida da evolução do termo mulcetão para sertão e considera mais provável que a palavra tenha origem em “*sertanus*, advinda de *sertum*, particípio passado de *sero*, *serui*, sere”, que se traduziria por “entrelaçar”, “entrançar”, com o sentido de “o que está entrelaçado”, numa alusão à “vegetação contínua” (Meyer-Lübke apud Neves; Miguel, 2007, p. 10) (IBGE, 2009, p. 11).

“Sertão” ou “certão” seria, para uns, corruptela de “desertão”; para outros, proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor) (Amado, 1995, p. 4).

O que se pode afirmar é que geograficamente o sertão se encontra em áreas distantes do litoral, onde o povoamento é rarefeito. Trabalhando o deserto do Antigo Testamento e a

presença desse espaço em particular no imaginário medieval do Ocidente europeu, Jacques Le Goff (1994, p. 84-90) afirma que na Antiguidade ele aparecia desvinculado da ideia de solidão, apesar de distante dos lugares povoados. Concebido como lugar de provações, vida errante e desprendimento, era tido tanto como lugar do maravilhoso, quanto das tentações satânicas. Para ele, sua história “foi sempre feita de realidades materiais e espirituais entrelaçadas, de um vaivém constante entre o geográfico e o simbólico, o imaginário e o econômico, o social e o ideológico” (Idem, p. 89).

A adaptação do imaginário construído sobre o deserto bíblico para a sua concretude espacial em plena Europa medieval do Ocidente se voltava, em linhas gerais, para florestas temperadas, que serviam de fronteira e refúgio para os cultos pagãos, para os eremitas, os vencidos e os marginais – servos fugidos, assassinos, aventureiros e bandidos –, mas também como espaço útil e precioso, esconderijo de riquezas, como caça, mel e metais. Era, como descreve o autor, “um território suplementar da atividade econômica” (Ibidem, p. 90), ao mesmo tempo que espaço de fuga e liberdade.

As lendas medievais de riquezas escondidas em áreas distantes foram fortalecidas na Idade Moderna e chegaram ao Novo Mundo a partir do momento em que se iniciou o processo de colonização, tendo os mitos papel importante no movimento. Desde o século XV, o termo sertão passa a ser usado para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões portuguesas recém-conquistadas, sobre as quais os reinóis pouco ou nada sabiam e que, por isso mesmo, eram impelidos a desbravá-los.

Dado o contexto de formação de Estados nacionais e o avanço do sistema de acumulação no Ocidente europeu, o processo de ocupação da América Portuguesa torna-se um imperativo da economia metropolitana. O poder reinol estabelece aos poucos as estruturas de poder no território colonial, permitindo a diferenciação entre as áreas ocupadas, localizadas, em sua maioria, na franja litorânea, e as que ainda precisavam ser incorporadas, sendo preciso impor a estas a soberania, por meio da penetração em terras densamente florestadas e povoadas por índios hostis à submissão. Nesse quadro, foram adicionados ao termo sertão os sentidos “terra desconhecida” e “perigosa”, evoluindo a dicotomia para o que está colonizado – o litoral – e o que ainda não foi incorporado pelo colonizador – o sertão (IBGE, Op. Cit., p. 11).

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, entre o final do século XVII e o início do XVIII, e as conseqüentes explosão demográfica, acumulação de fortunas, fundação de núcleos urbanos e implantação da pesada burocracia lusitana, sobretudo na região das Minas, os significados negativos atribuídos ao sertão foram reforçados. A

concepção do termo irá diferenciar as áreas densamente povoadas e controladas pela Coroa portuguesa – no caso, as minas – daquelas em que a rarefação de população e o conflito entre diferentes agentes pelo controle do território serão as determinantes para que a ideia de sertão esteja associada à ausência da lei e da ordem – ou seja, os currais (Carrara, 2007 *apud* IBGE, *Idem*, p. 12).

Considerado espaço de refúgio e também de oportunidades, a região que começa a se configurar nos Setecentos como sertão dos currais desenvolve no eixo entre o norte de Minas Gerais e o sul da Bahia uma atividade econômica que não requer grandes investimentos nem exige muitos braços: a criação de gado de corte. Economia dependente do ciclo do ouro e do diamante, a pecuária desenvolve à sua maneira o processo de integração desta vasta área aos ciclos econômicos maiores, apesar de sua importância menor no ponto de vista do poder lusitano e da persistência da grande desigualdade social.

No século XIX, a partir do processo de independência do Brasil e da necessidade de forjar a nação, discutir o que é o sertão e o que fazer com ele torna-se questão central para as elites que anseiam o progresso, pensamento que persevera até meados do século XX. Arrefece a produção de metais e, conseqüentemente, a pecuária do sertão dos Gerais declina, mas não desaparece, continuando, à sua maneira, a exercer atividades econômicas na ampla rede que o integra a alhures. Ainda assim, os poderes políticos e econômicos, que desejavam satisfazer ali seus interesses pessoais², encaravam o sertão como lócus da barbárie e do atraso, devido à precariedade econômica, única vertente analisada e, portanto, insuficiente. As elites permaneciam enxergando como porção do território nacional em que a atividade econômica não se faz acompanhar da presença do Estado (Moraes, *Op. Cit.*, 2003), lugar longínquo e nascedouro da violência gratuita, o que, como se verá, não são verdades absolutas.

1.2. O sertão na geografia poética de Guimarães Rosa

Após uma amostra do sertão como palavra-espaço migrante ao longo do tempo, busca-se não uma verdade acabada do que ele seria na geografia a partir das leituras rosianas, mas breves especulações científicas estimuladas por um conjunto de textos ficcionais que contam em metáforas a realidade do país.

“Nação colonial e pós-colonial, o Brasil já surge na órbita do Capital e como empresa dele, mas se estabelece e evolui com base na utilização maciça, praticamente exclusiva e

² O abandono que os diversos sertões do Brasil sofreram no século XIX e as conseqüentes comparações dualistas entre sertão e litoral se devem, também, à grande valorização da região Sudeste, principalmente da capital colonial, depois imperial, Rio de Janeiro, quando a família real aqui se instala, criando uma desconfortável relação vertical entre as capitânicas, conforme observa Maria Odila Dias (2005).

multicelular, do trabalho escravo”, escreve José Antônio Pasta Júnior (1997, p. 166), em artigo que conecta o sertão rosiano aos problemas que acompanham o Brasil até a atualidade, como os *karmas* do mandonismo e do escravismo (Wisnik, 2002, p. 190). Fernando Novais (2001) também desenvolve em estudo o quão integrada estava a América Portuguesa ao sistema capitalista mundial, desde o pioneirismo de sua ocupação, incumbida de fornecer gêneros de interesse comercial que proporcionassem acumulação de riqueza para determinados países da Europa ocidental.

Como uma particularidade da formação colonial e pós-colonial, o sertão mineiro já nasceu moderno porque incorporado aos fluxos econômicos desde a origem de sua ocupação, entre os séculos XVII e XVIII. A pecuária de corte, assim como a própria busca de metais, desde o início integra esse espaço ao mundo da mercadoria, ao mesmo tempo que contribui para a circulação econômica interna e para a construção socioespacial do que viria a ser o Brasil. Sua pobreza reflete a desigualdade social e o desequilíbrio da distribuição de riquezas, presentes em todos os lugares onde o capitalismo se faz presente.

Tomando parte dessa concepção e pensando o espaço sertanejo como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2002, p. 21) – afirmação que requer participação do sujeito na produção desse espaço e que o torna, sem dúvida, território utilizado³ –, a associação do sertão à categoria “fundo territorial”⁴, desenvolvida por Antonio Carlos Robert de Moraes (Op. Cit.), é refutada. Apesar do equívoco, ele é um dos autores que mais discutiram o assunto na geografia atual. Em artigo publicado para a comemoração do centenário de *Os Sertões* e buscando explorar mais a fundo o que essa ideologia geográfica significa para além da obra de Euclides da Cunha, afirma que a ausência de construções específicas ou seu adensamento são ausentes no sertão (nas p. 11-12); que ele é alvo de ações expansionistas que buscam incorporá-lo a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento (nas p. 13-14); e que o sertão “não se refere a um espaço imediato de vivência, a um lugar familiar e sempre visitado. Ao contrário, *qualifica localidades tidas como fora dos circuitos cotidianos de trânsito*” (p. 17; grifo meu).

O geógrafo, portanto, acaba caindo na interpretação dualista do Brasil ao analisar o sertão como uma porção atrasada do país e oposta à face moderna, considerando-o fundo territorial em oposição a território usado e desconectado da dinâmica capitalista mundial.

³ Tem-se consciência de que a categoria território não é sinônimo de espaço, pois ela tem uma existência material própria e sua realidade vem de sua materialidade, sem levar em conta os fluxos sociais e a vivência, já considerados no espaço (Santos, Idem, p. 62). Porém, são categorias que se atravessam e, dependendo da interpretação, se interdependem.

⁴ Categoria referente a áreas de soberania incerta e dominação não consolidada, grandes estoques de espaços ainda não incorporados às economias e alvos de futuras explorações e fluxos de expansão (2006, p. 41-50).

Essas afirmações levam a imaginá-lo escrevendo sobre o sertão, numa posição distante e repleta de estereótipos, que remonta à visão dos ensaístas do período de experiência brasileira. Estes relacionavam o (discutível) atraso do país ao sistema colonial e ao escravismo como base da produção, esquecendo-se de que “Fomos então colonizados para o capitalismo e foi justamente esta circunstância crucial que acabou impondo o trabalho compulsório no Novo Mundo” (Arantes, 1992, p. 86), formas modernas de uma evolução em conjunto que perduraram após 1822.

A escravidão dificultou a formação de uma sociedade de classes e de uma relação mercantil entre proprietários e homens livres pobres. Estes, ainda não obrigados a vender a sua força de trabalho, eram dispensáveis aos grandes sistemas produtivos. “A liberdade absoluta desses homens, que deriva da falta de tudo”, coloca Walnice Galvão (1986, p. 37), “tem como corolário a dependência já absoluta” da “proteção” e dos seus favores aceitos pelos proprietários. Em “O burrinho pedrês” (2006b), o diálogo do Major Saulo – coronel, ou seja, proprietário da Fazenda da Tampa, de “três mil alqueires, toda em pastos” (p. 10) – com um de seus vaqueiros bem mostra o tipo de relação de favores com seus submetidos. Indignado com a venda barata das vacas por um empregado, exclama: “– Do de baixo! Por esse preço, a obrigação dele era de vender para mim, que dou pasto de graça, e só cobro à meia quando passam de doze cabeças...” (p. 48).

A vasta extensão de terras do cerrado e as fazendas de gado dos Gerais, que ofereciam duas das poucas formas de trabalho a soldo disponíveis, como os ofícios de vaqueiro e de boiadeiro, tornavam-se atraentes para a população livre pobre, que para lá se dirigia em busca de inserção social. Daí o sertão mineiro se tornar, no dizer de Laura de Mello e Sousa (1990), a “válvula interna” da população desclassificada socialmente, que, imaginando ser um espaço de relativa liberdade, possibilitaria a participação social por meio de atividades econômicas que poderiam se integrar ao ciclo produtivo, proporcionando certa dignidade ou refúgio de todas as opressões sociais. A esperança originou um fluxo migratório considerável que continuou após a fase colonial.

“Sertão”, necessariamente, foi apropriado por alguns habitantes do Brasil colonial de modo diametralmente oposto. Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para enfim, os expulsos da sociedade colonial, “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz (Amado, Op. Cit., p. 8).

No entanto, dadas as condições preexistentes de cada parte do espaço, como os recursos materiais, as formas de organização, as rugosidades, enfim, as condições de diferenciação de cada lugar, cada uma dessas partes acaba por responder, à sua própria maneira, às imposições do capitalismo, absorvendo-as ou refratando-as – pagando, por isso, alto preço. O sertão dos Gerais chega à República Velha economicamente decadente, mas seguindo integrado à unidade nacional, visto que os “coronéis”, grandes latifundiários, eram a base política dos governadores e que, sobre estes, se assentava o poder centralizado do Estado. “Num país fortemente agrário, como era o Brasil naquele período, os chefes dos partidos tinham que estabelecer um acordo com os donos da terra, pois, na verdade, eram eles os chefes políticos locais” (Sader e Paulino, 1996, p. 170-171).

A manutenção das regras de convívio que garantiam as posses dos coronéis era praticada pela valentia do jagunço, sujeito livre pobre, mas preso pelo poder do latifundiário. Guerreando para manter a ordem em nome de outrem, ele usa a violência, sem muitas vezes saber que assim perpetua sua condição de miserável e de homem provisório, alienado num mundo onde a mercadoria impera. Ele põe em ação a regra da vingança, a qual vige num claro conflito de inimizades e alianças num mundo onde não vigora a lei, cumprindo determinações que não passam de emanadas do poder central, para manter acima de tudo os interesses particulares de poucos (Wisnik, Op. Cit., p. 182; 190).

Nesse quadro, o autor pinta uma paisagem economicamente pobre, resistente às bruscas transformações sociais, desvalorizada (sócio)espacialmente porque interessante à manutenção da ordem vigente, com sertanejos oprimidos, desolados e sofridos já de longa data, conforme as seguintes passagens de *Sagarana* (Op. Cit.):

Já se avista, lá muito em baixo, o arraial: a igrejinha, boneca branca, no tope do outeiro; as casas, da Rua-de-Baixo e da Rua-de-Cima; e a estação, com os trens parados, no meio da fumaça das locomotivas. (...) Passam a ponte do ribeirão. Agora, um subúrbio do arraial, com as cafuas mais pobres. Lavadeiras, espantadas, de trouxas nas cabeças, como lava-pés agredidas em seu formigueiro, fugindo com as ninfas e ovos brancos (“O burrinho pedrês”, p. 52-53).

Mas é só andar três quilômetros para cima, brejo a-dentro, beira-rio, para se achar algum morador. (...) É aqui, perto do vau da Sarapalha: tem uma fazenda, denegrida e desmantelada; uma cerca de pedra-seca, do tempo dos escravos; um rego murcho, um moinho parado; um cedro alto, na frente da casa; e, lá dentro, uma negra, já velha, que capina e cozinha o feijão. Tudo é mato, crescendo sem regra (...) (“Sarapalha”, p. 130-131).

Um povo que não se mexia, apavorado, com medo de fechar as portas, com medo de ficar na rua, com medo de falar e de ficar calado, com medo de existir (“A hora e vez de Augusto Matraga”, p. 366).

O sertão dos Gerais ingressa no século XX ainda pertencente à rede que o articula aos espaços mais valorizados pelo sistema capitalista, onde as imposições do capital condicionam crises do trabalho, fragmentação da dimensão espacial e do sujeito, e a provisoriedade e mobilidade que tanto marcam o sertanejo. Em “Duelo” (Idem), conto em que o personagem Turíbio Todo por causa de mulher persegue seu inimigo e, ao mesmo tempo, foge dele, dois fragmentos exemplificam consequências da crise do trabalho oriundas do colapso da modernização no país. O primeiro trata da “vadiagem” do personagem porque sua profissão de seleiro perde importância para a construção da estrada de ferro e para a inserção do automóvel. O segundo trata do encontro no meio do caminho com baianos que migravam para São Paulo em busca de trabalho:

Não tinha, porém, confiança nesses dotes, e daí ser bastante misantropo, e dali ter querido ser seleiro, para poder trabalhar em casa e ser menos visto. Ora, com a estrada-de-ferro, e, mais tarde, o advento de duas estradas de automóvel, rarearam as encomendas de arreios e cangalhas, e Turíbio Todo caiu por força na vadiação (p. 153).

Depois, uma turma de sujeitos alegres o interpelou. Iam para o sul, para as lavouras de café. Baianos são-pauleiros. E um deles:

– Eh, mano veélho! Bâamo pro São Paulo, tchente!... ganhá munto denheêro... Tchente! Lá tchove denhêro no tchão!... (p. 172).

No entanto, o sertão dos Gerais também é formação socioespacial, ou seja, abriga a vida, o que quer dizer que interpretá-lo a partir do viés econômico é incorrer num olhar superficial sobre ele. Há o consenso de que no sertão predomina o ritmo dado pela natureza (Moraes, Idem, p. 11), porém, a diferença é que a relação do sertanejo com o espaço onde vive não é de repulsa e hostilidade, mas de harmonia. Guimarães Rosa, ao não partilhar da visão dualista (Sperber, 1996, p. 117) e olhar o sertão a partir de dentro, revela claramente em suas obras a beleza de um espaço que se torna lugar para quem o habita, pois o sertão rosiano é construído a partir de memórias e vivências. Esta pesquisa rende-se à categoria lugar, porque ela é sinônimo de uma porção do espaço apropriável para a vida, por meio do corpo e dos sentidos. Os lugares são partes do espaço onde os sujeitos reconhecem sua história, suas

experiências, seus conflitos e vivências, despertando sensações de identificação e projetando ações no cotidiano⁵.

Em Guimarães Rosa, o sertão é uma fortuna de lugares. Apesar de o sertanejo estar preso a um modo de vida miserável, em que a regra é a lei e só existe aquele que tem posses, em que o homem livre pobre é vulnerável à violência, tanto como vítima quanto como agente – já que o demônio do capital marca cruelmente os destinos dos sujeitos, alimentando a luta de morte em vidas que, despedaçadas, perdem seu sentido –, os textos rosianos contemplam “a emergência da pura graça em condições hostis e carentes” (Wisnik, Op. Cit., p. 190), aparecendo personagens que são, no mundo em crise, as vítimas descartáveis, como loucos, crianças, velhos, etc. Em “Partida do audaz navegante” (2006a), num mundo rural distante, esquecido e embrutecido, a “trampa seca de vaca” (p. 160) se transforma, pela imaginação das crianças, no navegante apaixonado que vai partir do mundo de margaridinhas, josés-moleques e douradinhos para “Ir descobrir outros lugares, (...) porque os outros lugares ainda são mais bonitos” (p. 159). Que dizer do enredo de “Substância”, quando o amor possível aparece em meio à dura lida da roça, no sofrimento do fabrico do polvilho, consagrando uma mulher condenada pelo destino?

A própria característica de anticlímax em muitos de seus contos também exemplifica a situação: quando o esperado sempre é a via da violência ou a aceitação de uma sina infeliz imposta como fardo, os desfechos metafísicos surpreendem o leitor, impelido a refletir e a autocompreender que “outro”, que sertanejo é esse, senão a sua própria extensão. Esse jogo, em que tudo é possível, permite rever preconceitos e dicotomias e tratar o sertanejo não como portador de violência gratuita nem como pobre criatura determinada pelo meio depauperado em que vive, mas como sujeito de um espaço em que Bem e Mal se misturam, lugar em que a dimensão ética pesa sobre as ações (Moraes, 2002, p. 51; 74-75). No conto “Os irmãos Dagobé” (2006a), espera-se o tempo todo a vingança dos irmãos jagunços contra o Liojorge, num caso de defesa da honra do defunto. Porém, o desfecho é outro.

Olhou-o curtamente. Levou a mão ao cinturão? Não. A gente, era que assim previa, a falsa noção do gesto. Só disse, subitamente ouviu-se: – “*Moço, o senhor vá, se recolha. Sucede que o meu saudoso Irmão é que era um diabo de danado...*”

Disse isso, baixo e mau-som. Mas se virou para os presentes. Seus dois outros manos, também. A todos, agradeciam. Se não é que não sorriam, apressurados. Sacudiam dos pés a lama, limpavam as caras do respingado.

⁵ O próprio autor, em entrevista concedida a J. Borba, em 19 de maio de 1946, no calor da publicação de *Sagarana*, afirma: “Comecei a escrever motivado pela saudade do interior de Minas”, tornando evidente que é possível rastrear reminiscências do vivido em qualquer de suas obras (Lara, 1996, p. 28).

Doricão, já fugaz, disse, completou: – “*A gente, vamos’embora, morar em cidade grande...*” O enterro estava acabado. E outra chuva começava (p. 75).

Partilhando do mesmo ponto de vista de alguns teóricos que se debruçam sobre o seu trabalho (Bolle, Op. Cit.; Roncari, 2002; Wisnik, Op. Cit.; entre outros), é possível afirmar que o autor produziu uma “história literária” (Roncari, Idem, p. 246-247) junto a uma “geografia poética” (Bizzarri, 2003, p. 136) sobre o sertão dos Gerais, e quiçá sobre o Brasil, dissimulando a história para melhor desvendá-la (Galvão, Op. Cit., p. 53).

Tem-se tentado uma leitura geográfica da obra rosiana, que busque romper com os estereótipos sobre o sertão, visto que o apresentado pelo autor é outro, no qual as veredas são riachos que cortam os campos gerais, com vegetação composta pelo cerrado e pelas matas ciliares. Mas a atenção se volta mesmo para captar como Guimarães Rosa trata das transformações espaciais de uma parte do país que marcha, sem volta, rumo à modernização conservadora, que moderniza o território sem incluir o povo no processo.

A escolha de dois de seus livros, *Sagarana* e *Primeiras estórias*, se dá porque naquele, lançado em 1946, é possível identificar o “primeiro” Guimarães Rosa, que escreve contos que se passam antes da Revolução de 1930 e os consequentes embates e enlaces entre a centralização do poder e o coronelismo. Neles, flagra-se um sertão onde os pastos carecem de fecho, povoado esparsamente por pobres vilarejos, arraiais e fazendas de gado, cheios de recados entre bandos de jagunços que, paus-mandados, impõem as regras aos capiaus por meio da violência. Ainda um sertão que guarda a história cotidiana e a cultura do povo, num convívio entre a herança material da exploração colonial – as rugosidades das fazendas em ruína, com suas senzalas abandonadas – e o legado imaterial e metafísico contido na experiência antropológica não apenas do negro, mas do homem livre pobre.

Em *Primeiras estórias*, publicado em 1962, o sertão rosiano sente a fundo a metamorfose socioespacial. O país mergulha na breve experiência democrática, conhecendo o avanço da industrialização e da tecnologia, o desenvolvimento explosivo das cidades, a revolução da mídia, a expansão dos mercados e a exacerbação do imperialismo em duas guerras mundiais, a emergência das massas no cenário político e o despertar de uma consciência do “Terceiro Mundo” – que levou a uma revisão radical das relações entre o habitante dos centros do poder e “o outro”, antigamente longínquo e “exótico” (Bolle, Idem, p. 34). É nesse momento que a razão dualista se mostra um problema, pois ela inspira

políticas conservadoras de modernização, com um modelo que opera um modo de pensar contaminado por esquemas espacializantes⁶.

A construção de Brasília, que derruba o cerrado, devasta também os lugares presentes no cotidiano ficcional e transforma a identidade do sertanejo, que, deslocado e posto a nu diante da fragmentação do espaço e de sua vida, se sente perdido e impelido a sair dali. Não é por acaso que o conto “O espelho”, que trata das reflexões de um sertanejo urbanizado, encontra-se no meio do livro, projetando nos outros contos a melancólica sensação de perda de referenciais em meio à barbárie da destruição dos lugares, porque o progresso e a mercadoria se tornam mais importantes do que a vida e a história vivida.

O sertão é destruído para se transformar em cidade artificial e símbolo vertical do poder instituído do Estado, que cada vez mais perde força e se ancora na racionalidade do mundo da mercadoria que, dominando todas as esferas da vida, se impõe como uma totalidade totalitária e fatal:

Estado e mercado condicionam-se mutuamente, não como complementação idealmente equilibrável de elementos sociais civilizatórios, mas sim como institucionalização de um antagonismo violento, cuja hostilidade chega ao limite da destruição e da catástrofe. Presos na cegueira da determinação da própria forma, os sujeitos trabalham em sua autodestruição (Kurz, 1992, p. 39).

A esta tarefa se unem em pacto os interesses dos latifundiários rurais e os da burguesia urbana industrial. No projeto, vigora a promessa de aniquilar a violência – que na verdade é oriunda do sofrimento imposto pelo capital –, valendo-se dela própria para isso. Nessa tela, desenha-se a imagem de uma sociedade que se criminaliza na medida em que avança no caminho da modernização, recolocando, aberta até hoje, a questão formulada ainda no início da República brasileira: “Onde está o centro e onde está a periferia da barbárie?” (Starling, 1998, p. 172).

A ambiguidade e a contradição do sertão rosiano e dos sertanejos que o constroem deixam motes para se pensar os caminhos que o Brasil e seu corpo de intelectuais tomam ao debutar no século XXI. Refletindo sobre o problema do lugar, mais uma vez entendido como parte do espaço onde se constrói cotidianamente a vida, crê-se que, com a devastadora

⁶ É interessante notar que o filme *Cabra marcado para morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, cujas gravações começaram a ser feitas em 1962-1964 pelo CPC da UNE, grupo jovem carregado de idéias preconcebidas e dualistas, apresenta, após dezessete anos de gravações interrompidas pelo regime militar, a surpresa de descobrir no sertanejo a capacidade de organização social e de consciência da realidade opressora da qual faz parte, refutando a divisão do país entre litoral moderno e rico, e sertão atrasado e pobre, e revelando nas telas o universo do outro, que nada mais é do que parte da história e da realidade do país por inteiro.

metamorfose dos Gerais, os lugares desapareçam e, consigo, a memória do vivido, que fenece na fragmentação dos sujeitos vitimizados pelo progresso, que vão se deslocando dali. Guimarães Rosa dá a pista para a resistência dos lugares e da história do povo, por meio da memória narrativa que migra junto com o sertanejo para as cidades. Não seria por acaso que o seu discurso labiríntico, como Bolle (Op. Cit., p. 84) o classifica, seja uma costura de lembranças dos lugares e de sua gente, no qual a fragmentação do texto reflete a fragmentação da memória e da sensação de pertencimento ao lugar.

O sertanejo carrega a tiracolo o seu sertão memorável, bom e mau, para espaços distantes onde ele, o outro, se mistura à massa de gente que igualmente é preterida na gigante economia moderna, lutando contra a morte e tentando se reproduzir socialmente. Alguns contos de *Primeiras estórias* sinalizam essa travessia do sertão rumo à cidade, e do sertão brotando de dentro da cidade: a cena de Soroco, que aguarda o trem que parte para Barbacena; a partida de todos para longe, excetuando o narrador, em “A terceira margem do rio”; os irmãos Dagobé, que deixam a vida jagunça em busca de outras possibilidades de vida na cidade; o discurso da “Benfazeja”, solenemente dirigido aos cidadãos, etc., mostrando que o sertão é, também, dentro da gente.

Ao longo do livro, estórias encantadoras da dignidade inesgotável da pobreza no Brasil profundo, cujo contador tem o dom de contemplar aqueles momentos de graça em que a demanda de felicidade vem, como por milagre, ao encontro do sertanejo (...) Essas estórias, entre outras, são pontuadas muitas vezes, não obstante, por índices de deslocamento do sertão-sertão (Wisnik, Op. Cit., p. 192-193).

Nas metrópoles, encontra-se o maior número de pobres, limitados à circulação dentro da grande cidade, porque vivem em fragmentos espaciais. Porém, são nesses fragmentos que os laços de sociabilidade dos sujeitos se fortalecem, resistindo e superando, cotidianamente, ao imperialismo severo do capital e dos objetos técnicos. Milton Santos (Op. Cit., p. 325) aposta na capacidade do lugar e do homem livre pobre de hoje – liberdade duvidosa – em subsistir às padronizações econômicas, fazendo seus protestos e revoluções, escrevendo a sua história e construindo o seu lugar no cotidiano. Nesta tarefa, não vale o uso da violência como única ação transformadora do devir, mas o uso do Bem, da ética que há muito acompanha o sertanejo migrante, para vencer o Mal que impregna os espaços da cidade e que vem de todos os lados, na construção de um mundo possível, no qual o Bem finalmente persevere – objetivo cada vez mais distante de ser alcançado: quanto mais os países pós-coloniais se especializam na produção de riquezas supérfluas voltadas para a exportação, mais se tornam

vulneráveis a crises, o que aumenta a pobreza interna e cria forte tensão, que explode em violência incontável (Kurz, Op. Cit., p. 163).

Ler Guimarães Rosa com o olhar da geografia é pensar nessas possibilidades de leitura do Brasil. Por isso, é preciso refutar também a ideia de que o sertanejo migrante dos Gerais traz consigo como única (e pobre) bagagem a violência, carregando a culpa pelo caos da metrópole, quando, na verdade, o problema reside no Estado, que decidido a adotar a máscara da democracia, cada vez menos tem dado conta de assegurar a dignidade do povo e conter a violência, que aumenta à medida que cresce a influência do imperialismo da mercadoria. Nesse contexto, o sistema descarta indivíduos e mostra a origem do problema não como culpa da barbárie do sertanejo, mas do sistema, já que aquele irremediavelmente cai no crime como uma das alternativas de sobrevivência. Adotar essa leitura é incorrer também no dualismo Brasil moderno *versus* Brasil atrasado, pois rotula o sertanejo como o sujeito violento e bárbaro, que não se adapta à cidade, tida como o lado oposto do sertão, esquecendo-se de que, sendo este misturado, o sertanejo, ser cordial⁷, também o é, e traz consigo a possibilidade de desvio do sofrimento da realidade por meio da doçura que a vida pode oferecer, buscando noutros espaços a possibilidade do lugar existir.

Em Guimarães Rosa, a realidade, a prática do sertanejo que procura resistir às forças opressoras em qualquer lugar que esteja, já está posta diante dos nossos olhos. É preciso rever as teorias, caso se deseje avançar rumo a um diálogo entre ciência e arte.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BIZZARI, Edoardo. **João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- BOLLE, Willi. **Grandesertão.br. O romance de formação do Brasil**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2004.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso. Um estudo sobre a ambigüidade no Grande sertão: veredas**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

⁷ Que age de acordo com o impulso, fazendo o que lhe parece conveniente, sendo a ação boa ou má (Holanda, 1995).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras – vol. 2 - Sertões**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LARA, Cecília de. Rosa por Rosa: memória e criação. **IEB**, n. 41, 1996.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. São Paulo: Estampa, 1994.

MELO, Adriana Ferreira de. **O lugar-sertão: grafias e rasuras**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. **Os limites da civilização na escrita do sertão; um estudo das categorias civilização e barbárie em alguns romances brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária), Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, n. 45, 2002-2003, p. 11-21.

_____. Território, região e formação colonial – apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência brasileira. **Ciência e ambiente**, n. 33, 2006.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 2001.

PASTA JR., José Antônio. O romance de Rosa. Temas do Grande Sertão e do Brasil. **La Ville – exaaltation et distanciation. Études de littérature portugaise et brésilienne**. Paris: Centre de Recherche sur les Pays Lusophones – CREPAL, 1997.

RONCARI, Luiz Dagobert de Aguirra. Dez teses para o estudo de Guimarães Rosa. **Scripta**, vol. 5, n. 10, 2002, p. 243-248.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2006a.

_____. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006b.

SADER, Maria Regina; PAULINO, Ana Maria. A ordem e a desordem no sertão. **IEB**, n. 41, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XVIII**. São Paulo: Graal, 1990.

SPERBER, Suzi Frankl. Amor, medo e salvação: aproximações entre Valdomiro e Guimarães Rosa. **IEB**, n. 41, 1996.

STARLING, Maria Heloísa Murgel. **Lembranças do Brasil – teoria, política, história e ficção em “Grande Sertão: Veredas”**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

WISNIK, José Miguel. O famigerado. **Scripta**, vol. 5, n. 10, 2002, p. 177-198.